

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA SUSANA NOGEKOWSKI

UM ESTUDO DE CASO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA ESTADUAL DE PORTO MENDES - EF

MATINHOS, PR  
2011

FERNANDA SUSANA NOGEKOWSKI

UM ESTUDO DE CASO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA ESTADUAL DE PORTO MENDES - EF

Trabalho apresentado ao Curso de  
Especialização em Educação do Campo,  
Setor Litoral, Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial à obtenção  
do título de especialista.

Orientador: Luiz Ernesto Brambatti

MATINHOS, PR  
2011

## UM ESTUDO DE CASO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DE PORTO MENDES - EF

Fernanda Susana Noguekowsky<sup>1</sup>;

Luiz Ernesto Brambatti<sup>2</sup>.

### RESUMO

Através deste trabalho analisou-se o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Porto Mendes – Ensino Fundamental do município de Marechal Cândido Rondon, que atende alunos oriundos da zona rural e urbana. O objetivo da investigação é analisar o contexto histórico no qual os educandos estão inseridos, refletindo sobre a proposta de Educação do Campo. O estudo de escritos de teóricos que abordam esta temática nos deu suporte para termos uma visão mais clara e objetiva deste contexto. Portanto, o material é resultante de instrumentos de pesquisa que foram discutidos com a comunidade escolar, considerando suas particularidades. Verificou-se a necessidade de amadurecer as discussões e propostas da Educação do Campo, observando para tanto a diversidade cultural em que o educandário está situado.

**Palavras-chave:** comunidade escolar, educando, educação do campo.

---

<sup>1</sup> Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Polo UAB de Foz do Iguaçu, fernandasusana@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

## **1 UM POUCO DA HISTÓRIA DO DISTRITO E DA ESCOLA DE PORTO MENDES- ENSINO FUNDAMENTAL.**

O projeto Político Pedagógico cujo contexto propomos analisar, refere-se à Escola Estadual de Porto Mendes - Ensino Fundamental que está situada no distrito de Porto Mendes, distante aproximadamente 30 (trinta) quilômetros da sede, município de Marechal Cândido Rondon no oeste do Paraná.

A construção da hidrelétrica de Itaipu formou o lago Internacional em 1982, que “alagou” a fase histórica do distrito rondonense. Por muito tempo no distrito funcionou a ferrovia que realizava o transporte da erva mate da CIA. ERVA MATE LARANJEIRA de Guaíra até o Porto de Porto Mendes que então fazia o transporte fluvial do produto até a Argentina.

O distrito de Porto Mendes, foi criado pela Lei 4.245 de 02 de dezembro de 1961, possui atualmente 1.063 habitantes na Zona urbana (vila) e 651 na zona rural. Conta com infraestrutura básica de comércio, igreja, associação, escolas, posto de saúde, entre outros.

A base de sua economia está principalmente voltada para o setor agropecuário, em pequenas propriedades com o cultivo de soja, milho, trigo, fumo, gado leiteiro. O local conta ainda com um pequeno número de pescadores profissionais que praticam a atividade pesqueira no lago de Itaipu para a subsistência. Constata-se neste caso, que a maioria das famílias moram no distrito, porém, esses recebem seu sustento do meio rural, pois o comércio é pouco desenvolvido neste local.

Existem ainda, no distrito atrativos turísticos como o Parque de Lazer Annita Wanderer, local para descanso e lazer com amplo espaço e praia artificial. Há também o Museu Histórico José Gaertener, situado à avenida Capitão Heitor Mendes, o qual preserva peças referentes a história da colonização do município.

A Escola Estadual de Porto Mendes – Ensino Fundamental, inicialmente denominada Ginásio Cenecista Capitão Heitor Mendes, teve sua implantação gradativa de 1971 a 1974, criado pelo Decreto nº 21.992/70 e reconhecido pela Resolução nº 5.251/74.

Em 1979 passou a chamar-se “Escola Cenecista Capitão Heitor Mendes – Ensino de 1º Grau”.

Conforme Artigo 3º da Resolução 302/86, à partir de 1983 passou a denominar-se “Escola Estadual de Porto Mendes – Ensino de 1º Grau” autorizada pela Resolução nº 3767/82, D.O.E 17/03/83.

Atualmente a comunidade ressenha-se da falta do ensino de nível Médio pelo fato de muitas famílias temerem encaminhar seus filhos para as cidades devido aos índices de violência e também pelas dificuldades de locomoção, pois os ônibus do interior que se dirigem à sede estão superlotados.

Desde a implementação até os dias atuais, a escola teve sete Diretores, sendo no ano de 2004 eleito o professor Nelson Wilibaldo Scher que até a presente data de 2010 vem ocupando o cargo de diretor.

O estabelecimento de ensino funciona em dois períodos - matutino e vespertino - 03 (três) séries no turno da manhã e 03 (três) séries à tarde. Se fazem necessários estes turnos devido à não disponibilidade de espaço físico, dispondo apenas de três salas e considerando que há seis (06) turmas, a escola não pode funcionar em apenas um turno.

A área total em que a escola está situada é de 4.500 m<sup>2</sup> com uma área construída de 331 m<sup>2</sup>. A Escola Estadual de Porto Mendes ocupa prédio cedido da antiga CNC (Campanha Nacional das Escolas da Comunidade). Atualmente há 120 alunos regularmente matriculados e distribuídos de 5ª à 8ª séries e o quadro funcional é composto por: 01 diretor, 01 pedagoga, 12 professores, 01 secretário, 02 zeladoras e 01 merendeiras.

O Calendário escolar é de 200 dias letivos, ocupados integralmente conforme estabelece a LDB 9394/96 artigo 24, com atividades que atendem orientações emanadas de superiores.

A escola atende alunos de Porto Mendes, do distrito de Bom Jardim e vários alunos residentes no Paraguai, denominados de “brasiguaios”, uma vez que a escola está situada na divisa ribeirinha. Estes alunos brasiguaios foram alfabetizados em guarani ou espanhol, seus familiares imigram para o Brasil, outros permanecem no Paraguai e os filhos ficam com avós ou alguém responsável durante a semana, tendo nos finais de semana retorno à suas residências, e há também alunos que atravessam o lago de Itaipu de barco diariamente para estudar.

A localização da escola exerce influência na vida dos educandos, pois deve-se levar em consideração a procedência dos mesmos, questão socioeconômica, processo de alfabetização e até os fatores climáticos, que podem interferir no

processo de aprendizagem dos alunos. Essas questões são relevantes na construção do PPP, pois alunos brasileiros que falam em espanhol têm dificuldades de aprendizagem, pois estão inseridos em ambientes diferentes comparados culturalmente. Esta questão foi verificada no PPP e percebeu-se que não há uma atenção voltada para estas questões.

Observou-se que estes fatores são considerados apenas no plano de trabalho docente (PTD) de alguns professores. Verificou-se que os professores das ciências humanas tem maior facilidade para contextualizar através de suas práticas metodológicas no cotidiano escolar as questões acima elencadas.

Se faz necessário acrescentar essa prática docente ao projeto pedagógico, com a intervenção do coletivo e em momentos de reuniões para discutir a adequação da realidade escolar, bem como a inserção de novas leis e resoluções referentes ao processo educacional.

De acordo com o PPP (2010) a escola se propõe às seguintes metas: efetivar a ação educacional valorizando a ética, a formação de atitudes, a solidariedade, o sentido de liberdade com responsabilidade; integração entre escola e comunidade, onde o Estabelecimento de Ensino passa a ser responsabilidade de todos; estimular o desenvolvimento do corpo docente e discente na participação das atividades curriculares planejadas; promover o desenvolvimento da aprendizagem e da formação, do cidadão, incentivando a criatividade, a capacidade de inovação e de participação nas atividades culturais locais.

Frente a isso podemos perceber que as práticas muitas vezes não podem ser concretizadas devido a obstáculos existentes como: distância da localidade sentida pelos professores, pois geralmente residem em Marechal Cândido Rondon e outros municípios problematizando a proximidade entre pais e professores em reuniões, confraternizações e promoções da escola. No caso do pais, o acesso à escola é dificultada devido a alguns responsáveis residirem no país vizinho, pois o acesso se dá por meio do transporte fluvial.

Nesse contexto a escola faz suas atividades de acordo com os objetivos estabelecidos para o Ensino Fundamental, planejando, elaborando e implantando um Projeto Político Pedagógico que venha ampliar o espaço de parcerias com a comunidade escolar, executando metas que visem à melhoria da qualidade do ensino, desenvolvendo de forma mais completa as potencialidades do aluno da escola. Podemos verificar essas questões nas datas comemorativas como:

Confraternização do dia das mães, dos pais, festa junina, festival de dança, desfile de sete de setembro e atividades esportivas que buscam integrar a escola e a comunidade.

Essas atividades estão amparadas por concepções para superar barreiras em relação às novas práticas e que podem estar presentes na escola: o exercício da autonomia do corpo docente, alunos, equipe pedagógica, enfim com envolvimento de todos no processo educativo.

## **2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO INICIAL**

Levando em consideração as limitações buscamos respaldo nas reflexões teóricas representadas por autores e Leis como: Veiga; Gadotti, Libâneo; Vasconcelos, Saviani e a LDB voltadas para o estudo da elaboração do projeto político pedagógico.

Conforme Gadotti (apud VEIGA, 2001, p. 18), Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas.

Por volta da década de 1990, a ideia de projeto pedagógico obteve corpo no discurso oficial e em quase todas as instituições de ensino, espalhadas nesse imenso Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 12, inciso I, prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tendo a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica", Dessa forma ficando clara a ideia que a escola não pode dispensar a reflexão sobre sua intencionalidade educativa, pois o projeto pedagógico passou a ser objeto de discussão.

Neste sentido, segundo Vasconcellos (1995, p.143), o projeto pedagógico é um instrumento metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, de forma consciente, sistematizada e participativa. A partir disso entende-se que o projeto deve ser um meio pelo qual a comunidade escolar vai interagir com os

obstáculos enfrentados no meio em que está inserida, pois, há uma variedade muito grande e peculiaridades locais que se divergem de uma escola para outra.

Sendo assim Veiga (1998, p. 111-113) considera que, o projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento o qual trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas é um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influência e que pode ser por ela influenciado. Portanto, trata-se de um instrumento que permite clarificar a ação educativa da instituição educacional em sua totalidade. O projeto pedagógico tem como propósito explicitações dos fundamentos teórico-metodológicos, dos objetivos, do tipo de organização e das formas de implementação e de avaliação institucional.

Existem no projeto duas dimensões como explicam André (2001) e Veiga (1998): a política e a pedagógica. Político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade e pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Essa última é a dimensão que trata de definir as ações educativas da escola, visando a efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade. Dessa forma, a "dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica". (SAVIANI apud VEIGA, 2001, p. 13).

Neste caso, as dificuldades são construir o Projeto Político Pedagógico e mantê-lo atualizado com constante reflexão e discussão das práticas, na busca de alternativas que atendam suas especificidades dentro de expectativas atuais. O enfoque supõe momento de discussão crítica sobre as dificuldades da sociedade, principalmente ao que se refere à educação, tentando encontrar as possibilidades de intervenção no cotidiano em que se apresenta.

O Projeto Político Pedagógico passa por transformações da organização escolar e busca dar clareza viabilizando a construção de uma escola que pretende educar para o exercício da cidadania, porém está inserida em modelos geradores de desigualdades. Sendo assim, para Veiga (2005) o projeto político pedagógico busca um rumo dar uma direção (...) na dimensão pedagógica reside a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola que é a formação de cidadão crítico e responsável. Objetiva, portanto, ser uma ação de compromisso coletivo, viabilizando a efetivação desta intencionalidade, que é a formação do



cidadão, responsável, compromissado, crítico e criativo, tendo a escola um papel bem mais amplo do que apenas passar conteúdos de diversas áreas. Mas, esses fatores nem sempre podem ser concretizados tendo em vista a (re) criação de desigualdade social desenvolvidas pelo sistema capitalista de produção.

A escola analisada procura trabalhar de acordo com objetivos estabelecidos para o Ensino Fundamental séries finais, planejando, elaborando e implantando um Projeto Político Pedagógico que visam melhor a qualidade de ensino aprendizagem. Mas isso só é possível com a cooperação entre comunidade e escola formando parceiras.

## **2.1 Análise de dados**

Para comprovar a hipótese de que a Escola teve comprometimento na participação da construção e reestruturação do PPP, foi realizado uma investigação através de um instrumento de pesquisa, questionário, em 2010, aplicado junto aos pais e alunos, onde pode-se verificar a condição sócio-econômica e cultural da comunidade escolar.

Foram aplicados (116) cento e dezesseis questionários de alunos e 65 de pais ou responsáveis, foram em média devolvidos 80% dos instrumentos.

**TABELA 1: IDADE DOS ALUNOS**

Idade	%
10 anos	9%
11 anos	19%
12 anos	21%
13 anos	18%
14 anos	16%
15 anos	11%
16 anos	3%
17 anos	3

Fonte: Projeto político Pedagógico, E. E. De Porto Mendes 2010.

**TABELA 2: SEXO DOS ALUNOS**

Sexo	%
Feminino	58%
Masculino	42%

Fonte: Projeto político Pedagógico, E. E. De Porto Mendes 2010.

**TABELA 3: COM QUEM RESIDEM**

Residem	%
com os pais	92%
com os avós	5%
com familiares	2%
com responsáveis	1%

Fonte: Projeto político Pedagógico, E. E. De Porto Mendes 2010.

**TABELA 4: TRABALHO DO PAI**

Trabalho	%
agricultura	63%
comércio	11%
indústria	2%
funcionários públicos	3%
autônomos	8%
não trabalham	2%
atividades não citadas	3%
não têm pai	3%
não responderam	2%

Fonte: Projeto político Pedagógico, E. E. De Porto Mendes 2010.

**TABELA 5: TRABALHO DA MÃE**

Trabalho	%
agricultura	38%
indústria	1%
comércio	9%
funcionários públicos	6%
autônomos	1%
não trabalham fora	28%
em outras atividades não citadas	16%
não responderam	1%

Fonte: Projeto político Pedagógico, E. E. De Porto Mendes 2010.

**TABELA 6: QUANTIDADE DE IRMÃOS**

Quantidade	%
Um irmão	39%
Dois irmãos	28%
Três ou mais irmãos	30%
Não tem irmãos	4%
Não responderam	3%

Fonte: Projeto político Pedagógico, E. E. De Porto Mendes 2010.

TABELA 7: ESCOLARIDADE DO PAI

Escolaridade	%
Ensino Fundamental incompleto	43%
Ensino Fundamental completo	18%
Ensino Médio incompleto	12%
Ensino Médio completo	12%
Superior incompleto	3%
Superior completo	3%
Sem escolaridade	3%
Não responderam	6%

Fonte: Projeto político Pedagógico, E. E. De Porto Mendes 2010.

TABELA 8: RENDA FAMILIAR MENSAL

Renda	%
R\$ 100 a R\$250	9%
R\$ 260 a R\$ 400	27%
R\$ 450 a R\$ 600	20%
superior a R\$ 600	5%
superior a R\$ 1000	11%
consideram a renda mensal boa	5%
consideram-na baixa	5%
não responderam a questão	18%

Fonte: Projeto político Pedagógico, E. E. De Porto Mendes 2010.

Tabela 9: PARTICIPAÇÃO NA VIDA ESCOLAR DO(S) FILHO(S)

Participação	%
Diariamente olhando os cadernos e as tarefas	45%
Procuram conhecer os professores	21%
Visitam periodicamente a escola	24%
Não tem tempo para acompanhar a vida escolar.	10%

Fonte: Projeto político Pedagógico, E. E. De Porto Mendes 2010.

Notou-se que a escola está inserida em uma sociedade culturalmente diversificada onde o meio escolar deve proporcionar a integração das diversas culturas, valorizando a maneira de ser, de agir e pensar de toda uma comunidade.

De acordo com o PPP, os docentes procuram ter um compromisso político na sociedade capitalista em que se vive e este é, antes de tudo, ampliar formas de raciocínio, organização, representação, o desenvolvimento da capacidade de investigar, levantar hipóteses, abstrair, analisar, sintetizar e constituir conceitos cada

vez mais próximos dos científicos, interferir na sua realidade de forma positiva para cada educando, respeitando-o em sua cultura e meio.

Constatou-se que este espaço escolar, tem o intuito de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres; capazes de interagir no meio em que vivem e para isso deve-se proporcionar ao aluno, no período em que ele permanece na escola tempo e espaços necessários.

Percebemos que o desafio desta instituição é também formar estudantes que saibam construir novos conhecimentos a partir de experiências já vivenciadas, ou seja, educandos com capacidade crítica. Vencer este desafio a proposta apresentada no PPP é que os docentes trabalharão no coletivo, através da interdisciplinaridade buscarão uma comunicação entre as disciplinas valorizando os conhecimentos prévios de cada aluno e aplicando conteúdos significativos para a vida.

A Escola Estadual de Porto Mendes em seu projeto político tende-se a valorizar o professor(a) e respeitar o aluno(a), quanto as suas contribuições significativas, dessa forma o trabalho flui harmonicamente e surte em resultados mais satisfatórios no processo educacional.

## **2.2 Educação do campo**

A educação se fez presente nas Constituições brasileiras, por sua vez, a educação do campo vem conquistando um lugar no espaço político em função dos movimentos sociais presentes na sociedade organizada.

Nesse sentido a educação do campo deve corresponder cujas situações de formação destes povos, desenvolverem os interesses enfatizar as características de cultura e valores.

As diretrizes que operam para a educação do campo permeiam elementos fundamentais na organização das escolas, que deverá compreender uma apresentação de propostas pedagógicas, elaboradas mediante a autonomia das instituições de ensino contemplando a diversidade do campo nos seus aspectos (sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia). Para que a escola do campo se concretize é necessário viabilizar a possibilidade e necessidade de construção de uma proposta pedagógica diferenciada. Portanto, a escola

Estadual de Porto Mendes, recebe alunos do meio rural, porém, não desenvolve ações adequadas e relacionadas à escola do campo.

O Projeto Político Pedagógico da escola estudada não contempla a concepção de educação do campo, nem tão pouco suas finalidades e princípios básicos.

Nesse sentido através deste trabalho reflexões e análise, as atenções têm se voltadas para a construção dos projetos político-pedagógicos das escolas do campo, com a clareza da necessidade de se pensar uma organização escolar e curricular além de alterar conteúdos e métodos, promovam mudanças radicais nas práticas e relações pedagógicas. No lugar da mera transmissão de conhecimento pode-se instalar processos de produção do conhecimento dialeticamente inserido nas relações sujeito-objeto-sujeito, educador-educando e conhecimento-trabalho socialmente produtivo, conjuntamente com a interdisciplinaridade. Constituir e rever os espaços-tempo de ensino e aprendizagem, propiciando a articulação entre os conteúdos programáticos e os saberes populares, entre escola e a vida (PISTRAK, 2002).

O projeto institucional da escola deve sempre estar articulado com a identidade da escola. As Diretrizes Operacionais já apontam para a necessidade da definição da identidade a partir das demandas e das interações que a escola estabelece com a realidade local.

É o que preconiza a Resolução CNE/CEB (2002) o art.2º, Parágrafo único.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. ( art. 2º, parágrafo único CNE/CEB, 2002).

Em torno das Diretrizes Operacionais, podemos observar a constante conexão entre as normalizações gerais da educação brasileira, sobretudo a LDB e as demandas que coloca a necessidade de um pensamento específico para a Educação do Campo.

Considerando o perfil dos alunos, serem filhos de agricultores e estarem inseridos num contexto relacionado ao meio rural direta e indiretamente, é importante contemplar a Educação do campo de uma maneira mais ampla, porém,

haverá uma dificuldade em implantar esta proposta da Educação do campo nessa comunidade escolar, tendo em vista que nosso educando está inserido na agropecuária que atende as necessidades do capital.

No intuito de articular educação e cultura, as instâncias colegiadas da escola organizam uma agenda de atividades que na maioria já viraram tradição sendo que algumas são relacionadas ao campo, alguns exemplo são: os jogos da amizade, a horta na escola e o cantinho do chá, que envolve funcionários da escola, alunos, docentes e pais. Estes últimos projetos citados foram implantados neste ano (2011) na escola e têm-se o auxílio dos pais que, na medida do possível, se integram à escola socializando as experiências vividas.

A identidade da escola do campo é voltada a questões da realidade, com os saberes próprios, objetivando um modelo social viável e sustentável. Nesse sentido as instâncias colegiadas da escola desenvolvem ações com saberes relacionados também quanto a Educação do campo.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), art. 28 aponta direcionamento específico para uma educação do campo que esta introduzido no capítulo que fala da educação básica e faz-se necessária a leitura:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL. MEC. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. seu art. 28).

A Escola de Porto Mendes procura desenvolver a interdisciplinaridade integrando disciplinas aos projetos internos, no momento, as professoras de Matemática e Ciências, Português e Arte trabalham com diálogos pretendendo integrar mais os docentes/discentes, discentes/discentes e docentes/docentes ressaltando valores, memórias e experiências do campo com vistas a atender melhor os educandos provenientes da área rural, com o intuito de valorizar e incentivar os conhecimentos e práticas deste alunos, porém respeitando a identidade de toda comunidade escolar.

Para Santos (2006) em suas colocações de reflexão no que abrange a educação do campo e educação urbana, ressaltando a relação da educação do campo, muitas vezes colocada em moldes capitalista.

[...] quando o movimento por uma Educação do Campo se inscreve na pauta de discussões sobre a educação que o campo deseja e necessita, nem sempre toma a cidade como um campo de discussão, apenas aponta a sua necessidade de educação como direito. Entendemos que a relação campo-cidade é um eixo que necessita ser considerada em sua dialeticidade, como condição de educação de qualidade para todos os brasileiros. (SANTOS, 2006, p.40).

Isto faz considerar que o conhecimento escolar deve ser dinâmico e adequar-se à realidade e interesses do aluno.

Observado que a poucos dias a escola recebeu instruções quanto a solicitação de alteração da nomenclatura, a fim que se torne do campo se a mesma enquadrar-se no que tange as normas e princípios para implementação da educação básica do campo no sistema de ensino para a definição da identidade da escola.

Esta adaptação está sendo analisada pelas instâncias colegiadas do estabelecimento os documentos tais: instruções de solicitação, a lei da Educação do campo, o parecer CEE/CEB, o Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010, para que se fora aceita e oficializada a mesma terá que ser respeitada dentro do projeto político pedagógico, bem como haverá também adequações em outras áreas necessárias para o atendimento da população rural.

### **3 CONSIDERAÇÕES**

Perante a análise da pesquisa, percebeu-se que o PPP, (Projeto Político Pedagógico) é uma proposta que vem sendo discutida, elaborada e implementada em âmbito nacional. Sendo este um documento que exige constantes alterações referente a realidade local, inserções de resoluções, decretos e leis no que tange a educação. Sendo este fruto da interação entre objetivos estabelecidos pela comunidade escolar e propostas vindas das autoridades educacionais.

Analizando o documento estudado temos uma realidade atendida distinta entre alunos vindos da zona urbana e da zona rural. O Projeto Pedagógico da escola estudada bem como das demais do interior do município seguem um parâmetro

urbano, no que diz respeito a calendário escolar, horários de aula, livro didático e projeto político pedagógico.

Entretanto para minimizar tal distinção, alguns professores que se adaptam com mais facilidade ao ambiente escolar, utilizam-se de metodologias diferenciadas em relação aos conteúdos do currículo. Dessa forma já percebemos a necessidade de novas ressalvas no PPP da escola.

A Escola Estadual de Porto Mendes e as demais dos distritos do município de Marechal Cândido Rondon, receberam em maio de 2011 da Secretaria Estadual de Educação instruções para a possível solicitação de alteração da nomenclatura das escolas do interior. Se aprovada a concepção de Escola do Campo no estabelecimento e formalizada pela SEED, haverá modificações no Projeto Político Pedagógico, Regimento interno e Calendário escolar. Isso fará com que se tenha uma posição às reais características dos educandos e educandário, vindo a garantir uma educação de qualidade, valorizando a cultura, valores e saberes da comunidade escolar.

Assim é de suma importância, a discussão e implementação da educação do campo nas políticas públicas a fim de garantir a existência e manutenção dessa educação, para que dessa forma se tenha na prática um compromisso com as escolas que tem característica predominante pelo vínculo e trabalho com a terra.

## **Referências**

ANDRÉ, M.E.D. **O Projeto Pedagógico como suporte para novas formas de avaliação**. In: CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (orgs). **Ensinar a Ensinar**. São Paulo: Cengage Learning, 2001.

BRASIL. MEC. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acessado em: 24 mar. 2011.

CEB/CNE. **Resolução nº 1 de 2002**. Estabelece as Diretrizes Operacionais para as Escolas de Educação Básica no Campo. Brasília, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.



PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Estadual de Porto Mendes**. Marechal Cândido Rondon/Porto Mendes, Paraná 2010.

SANTOS, Franciele Soares dos. Educação do campo e educação urbana: aproximações e rupturas. **Educere e Educare**, Cascavel, v. 1, jan./jun. 2006.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**.. Campinas: Autores Associados, 1994.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 20ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.